

Saúde Discente: revisão integrativa de um debate em construção

Raphaella Fagundes Daros

Psicóloga (UFES). Mestre em Saúde Coletiva (UFES). Doutora em Psicologia Social (UFF). Psicoterapeuta do campo das psicoterapias corporais em diálogo com a esquizoanálise

✉ raphadaros@gmail.com

Janaína Mariano César

Psicóloga. Mestre em Psicologia (UFF). Doutora em Educação (UFES). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI/UFES).

✉ janaina.cesar@ufes.br

Filipe Azevedo Souza

Psicólogo e professor. Mestre e doutorando em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Políticas (NEPESP). Realiza pesquisa sobre políticas de acesso e permanência estudantil, produção de subjetividade e territórios existenciais nas universidades públicas.

✉ filipeazevedosouza97@gmail.com

Resumo:

Este artigo apresenta uma revisão integrativa acerca da produção de conhecimento científica brasileira quanto à relação saúde e estudante universitário(a), enfocando o público de graduandos(as) e pós-graduandos(as). A amostra final de 36 artigos, através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), levou em consideração o período de 1995 a 2018. Os pontos em destaque se colocam na observação de que as publicações mais frequentes, a partir de 2014, demonstram maior interesse da área da Psicologia, com predominância das(os) autoras(es) dos trabalhos publicados e área dos periódicos e concentração de publicações da Região Sudeste. A maioria das pesquisas priorizaram uma abordagem quantitativa, incluindo aquelas que apresentam as(os) estudantes como fontes primárias, chamando atenção para ausência do debate sobre questões de gênero, raça, etnia, classe social, na relação com o contexto da produção de saúde e/ou adoecimento. A pesquisa aponta que há um modo de produção de conhecimento que direciona a centralidade de discursos sobre a saúde em seus aspectos biologizantes, curativistas, tecnológicos e focados nos indivíduos, desconsiderando a criação de intervenções e políticas públicas que possam subverter tal contexto.

Palavras-chave: Saúde mental, Estudante universitário, Ensino Superior, Educação, Psicologia.

Students' Health: integrative review of a debate under construction

Abstract:

This article presents an integrative review of the production of Brazilian scientific knowledge on the relationship between health and university students, focusing on undergraduate and postgraduate students. The final sample of 36 articles, through the Virtual Health Library (VHL), took into account the period from 1995 to 2018. The highlights are the observation that the most frequent publications, from 2014 onwards, show a greater interest in the area of Psychology, with a predominance of the authors of the published works and the area of the journals and a concentration of publications in the Southeast Region. The majority of the research prioritized a quantitative approach, including those that present students as primary sources, drawing attention to the absence of debate on issues of gender, race, ethnicity, social class, in relation to the context of the production of health and/or illness. The research points out that there is a mode of knowledge production that directs the centrality of discourses on health in its biologizing, curative, technological and individual-focused aspects, disregarding the creation of interventions and public policies that can subvert such a context.

Keywords: Mental health; University students; Higher education; Education; Psychology.

Salud Estudiantil: una revisión integradora de un debate en construcción

Resumen:

Este artículo presenta una revisión integradora de la producción de conocimiento científico brasileño sobre la relación entre la salud y los estudiantes universitarios, centrándose en los estudiantes de pregrado y postgrado. La muestra final de 36 artículos, a través de la Biblioteca Virtual en Salud (BVS), tuvo en cuenta el período de 1995 a 2018. Se destaca la observación de que las publicaciones más frecuentes, a partir de 2014, muestran un mayor interés en el área de Psicología, con predominio de autores de los trabajos publicados y área de las revistas y concentración de publicaciones en la Región Sudeste. La mayoría de los estudios priorizó un abordaje cuantitativo, incluso aquellos que presentaron estudiantes como fuentes primarias, llamando la atención para la falta de debate sobre cuestiones de género, raza, etnia y clase social, en relación al contexto de producción de salud y/o enfermedad. La investigación muestra que existe un modo de producción de conocimiento que dirige la centralidad de los discursos sobre la salud hacia sus aspectos biologizantes, curativos, tecnológicos y centrados en el individuo, desconsiderando la creación de intervenciones y políticas públicas que puedan subvertir ese contexto.

Palabras clave: Salud mental, Estudiantes universitarios, Educación superior, Educación, Psicología.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta revisão integrativa acerca da produção de conhecimento científica brasileira quanto à relação saúde e estudante universitário(a), graduandos(as) e pós-graduandos(as), levando em conta o período de 1995 a 2018. As questões relativas à saúde discente surgem a partir do percurso como docentes em instituições de ensino superior e encontro com estudantes que explicitavam condições de saúde e/ou adoecimento em suas experiências com graduação e pós-graduação. O problema aqui discutido move a pesquisa de pós-doutorado de uma das autoras e a produção dessa revisão integrativa.

A saúde discente como uma questão adquiriu crescente relevância e visibilidade midiática especialmente a partir da pandemia de Covid-19, que acentuou todas as formas de opressão vividas (NOGUERA, 2020). Na produção de conhecimento, a pesquisa acadêmica sobre a problemática da relação estudante e saúde no ensino superior tornou-se mais expressiva a partir de 2010. Com este trabalho buscou-se distinguir e problematizar o modo como o debate sobre saúde discente ganhou expressão a partir do início dos anos 2000, quando identificamos um aumento de pesquisas a respeito.

No decorrer das últimas décadas tornaram-se recorrentes notíciasⁱ, veiculadas na grande mídia, acerca da crescente produção de adoecimento relacionada ao campo das

atividades discentes, dos cursos de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior no país, mais intensamente desde o ano de 2016.

Diante desse cenário, o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), na realização da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, em 2018, entrevistou 1.200.300 estudantes de cursos de graduação presenciais de 65 institutos de ensino superior (IES) brasileiro, onde foi obtido o percentual de que “(...) 83,5% dos (as) graduandos (as) entrevistados (as) responderam que vivenciam alguma dificuldade emocional que interfere na sua vida acadêmica” (ANDIFES, 2019, p. 204).

Nas últimas décadas, a emergência de políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, incluindo tanto a política de ações afirmativas com o sistema de cotas, quanto os sistemas de financiamento, como o FIESⁱⁱ, possibilitaram uma mudança significativa no acesso a estudantes que constituem o atual público das universidades brasileiras, públicas e privadas, uma vez que permitiu que uma parcela da população preta e pobre, antes invisível aos círculos acadêmicos, chegasse até à graduação e à formação acadêmica. Tal cenário pode ser visto a partir de dados levantados no Censo Demográfico 2022: Educação: Resultados Preliminares da Amostra, divulgado pelo IBGE, que indica que o percentual da população preta com ensino superior completo, com 25 anos ou mais, saltou de 2,1% em 2000 para 11,7% em 2022, enquanto o de estudantes pardos(as) saltou de 2,4% em 2000 para 12,3% em 2022.

Contudo, junto à ampliação do acesso e da diversidade social, econômica, cultural e religiosa de estudantes de ensino superior, emergiram outras problemáticas enfrentadas cotidianamente por discentes e docentes, atreladas, em termos gerais, ao desafio de viabilizar as condições necessárias e desejáveis, para permanência e continuidade nas atividades acadêmicas de pesquisa, ensino e extensão.

As análises feitas em matérias jornalísticas veiculadas destacam as fragilidades dos sujeitos que se anunciam em estado de sofrimento e a organização de soluções atreladas à produção de espaços de acolhimento, que são, contudo, caracterizados mais comumente por práticas individualizadas de cuidado. Nesse contexto, destacam-se narrativas de preconceito contra estudantes com transtornos mentais, e a tendência à naturalização das questões

produtoras de adoecimento, em um movimento que parece descontextualizar as condições de estudo/trabalho/vida dos(as) discentes de seus efeitos adoecedores.

Com tais questões e desafios considera-se que o momento especialmente crítico vivido diante do acontecimento da pandemia de COVID-19, acirrou significativamente as desigualdades sociais e os problemas mencionados, trazendo novos elementos a serem considerados na produção da saúde e/ou adoecimento tanto de discentes como de docentes

Diante desse amplo e multifacetado cenário, aliamos-nos às perspectivas que alertam sobre a necessidade de compreender que muitos dos sofrimentos vividos por estudantes, são questões cuja complexidade requerem a análise dos mais variados fatores, incluindo os aspectos de ordem social, cultural e econômica, racial e de gênero, destacando o risco de restringir o adoecimento discente a causas consideradas de ordem preponderantemente individual.

Destaca-se aqui situações de precariedade e instabilidade financeira, conflitos familiares e sócio-afetivos, considerados em geral como fatores “externos” à vida acadêmica, como vias que produzem efeitos diretos na disponibilidade e capacidade de trabalho/estudo na vida estudantil brasileira.

Nesse cenário, chama a atenção o descompasso com a produção de pesquisas que se direcionam para a investigação e abordagem desse campo problemático. Tal situação foi identificada a partir do trabalho de revisão integrativa realizado, constatando a incipiência da literatura acadêmica acerca da saúde discente e a relevância de fomentar esse debate, de forma a contribuir na ampliação das reflexões acerca dessa realidade e no exercício de pensamento em relação as estratégias possíveis de cuidado e enfrentamento.

Com o intuito de mapear o estado da arte da literatura acadêmica relacionada à saúde discente, no âmbito do ensino superior, especialmente no que diz respeito à saúde mental, destaca-se a seguir o detalhamento de um campo problemático, o qual aponta as seguintes questões: o que tem sido dito acerca da saúde discente no campo de produção de conhecimento acadêmico brasileiro? Quais campos de saber se interessam por esse problema? Há um campo de estudos e trabalhos relacionado à questão da saúde discente?

REVISÃO INTEGRATIVA: UMA APROXIMAÇÃO METODOLÓGICA

Este estudo de caráter qualitativo e exploratório, foi iniciado em 2019 como revisão integrativa da produção científica brasileira relativa aos processos de saúde/adoecimento do(a) estudante universitário(a). Destacamos que a escolha dessa opção metodológica se deu a partir da potencialidade da mesma de ofertar uma síntese dos estudos publicados e um aprofundamento do campo problemático, cujos resultados encontrados permitem, através de uma primeira aproximação, a geração de novos conhecimentos relacionados aos temas em questão (MENDES, SILVEIRA e GALVÃO, 2008).

No primeiro momento, para a investigação na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) – devido ao seu grande impacto e importância na divulgação científica - utilizou-se os descritores “saúde mental” e “estudantes universitários”. Essa escolha acontece após a constatação de que a utilização de termos mais amplos como, “saúde” e “estudantes” direcionava a uma amostra inicial de 33.731 publicações, das quais, a grande maioria, fugia ao escopo dessa pesquisa: mapear a relação entre a atividade discente e a produção de efeitos de adoecimento e saúde.

Ainda que partindo da afirmação de uma noção integral e ampliada de saúde (CAMPOS, 2003; CANGUILHEM 2002), cuja principal crítica se direciona às hegemônicas práticas de cuidado, marcadas pelo viés biologicista, curativista e à uma racionalidade médica moderna, entendemos que para a aproximação de um debate específico no que se refere à saúde discente era necessário adjetivar os descritores, no caso com a formulação saúde mental, e especificar os(as) estudantes como universitários(as).

A busca na plataforma com os descritores selecionados apresentou uma amostra inicial de 54 publicações com texto completo. Diante do reduzido número de publicações optamos por não utilizar o recorte temporal, de modo que encontramos esse número de publicações no conjunto de plataformas de base de dados (Index Psicologia - periódicos e teses e BDEFN – Enfermagem), entre os anos de 1995 e 2018, delimitando um intervalo de 23 anos.

A partir do levantamento bibliográfico, definimos as fontes de pesquisa e a primeira matriz analítica, constituída pelo nome do artigo, objetivo, ano de publicação, nome do periódico, descrição do desenho metodológico do estudo (tipo de abordagem, procedimentos técnicos e fontes de dados), autores(as), instituição dos autores(as) principais, campo

disciplinar dos autores(as) principais, descritores, região/cidade de realização do estudo, e link de acesso à produção. Destacamos que o desenho metodológico nem sempre foi apresentado de forma explícita nas bibliografias, o que exigiu o exercício interpretativo para sua categorização.

A pesquisa priorizou produções nacionais em formato de artigo, de acesso *on-line*, nos idiomas português, espanhol e inglês., sendo excluídas da seleção as publicações de autores(as) que procedessem de outros países, assim como resenhas, cartas ao editor, dissertações e tesesⁱⁱⁱ, e as produções sem texto completo disponível. Realizada essa primeira triagem, procedemos a leitura dos resumos dos artigos selecionados.

Nessa etapa, além da exclusão de alguns poucos artigos repetidos (encontrados por diferentes bases de dados e/ou publicados com o mesmo conteúdo, mas em outra língua), destacaram-se principalmente aqueles em que os(as) estudantes não eram necessariamente o alvo da investigação, mas constituíam uma amostra utilizada para análises de outras temáticas ou para validação de instrumentos de pesquisa, escalas e teste, por exemplo. Desse modo, após realizadas essas exclusões, foram selecionados 36 artigos que constituem o material desse trabalho.

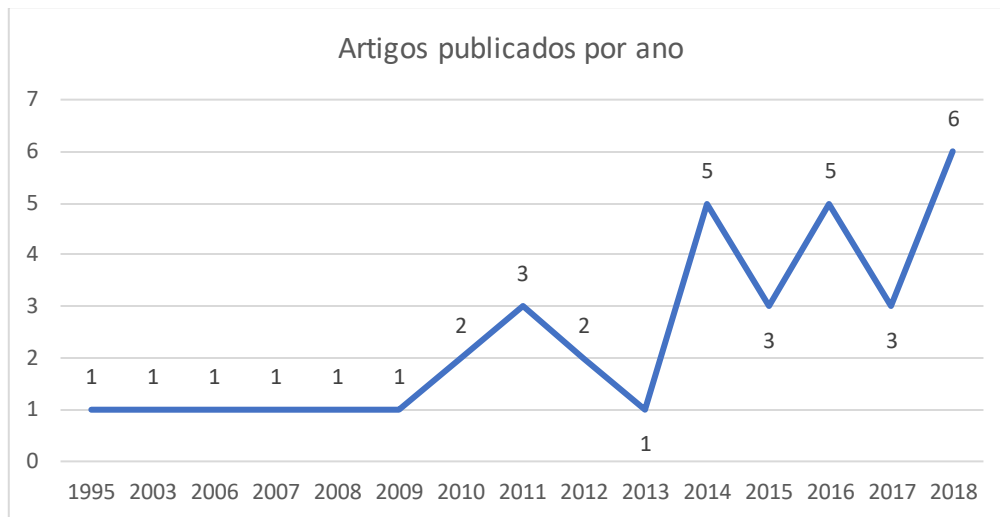
O principal critério de exclusão utilizado para a definição final da amostra também se configurou como analisador, pois indica a incipiência das pesquisas e trabalhos direcionados para a compreensão da atividade discente em si e seus efeitos sobre os processos de saúde e adoecimento. Além disso, é possível supor que os(as) estudantes, por serem um público de mais fácil acesso aos(às) pesquisadores(as) em geral, pois geralmente habitam o mesmo território universitário, além da especificidade de suas características sociodemográficas, configuram-se muitas vezes como excelentes fontes de pesquisa.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE SAÚDE DISCENTE: CONTORNOS DE UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO

A primeira matriz analítica construída, efeito da caracterização geral dos 36 artigos selecionados, permite verificar que as publicações relacionadas à temática “saúde discente”, envolvendo saúde, saúde mental, e estudantes universitários(as), tiveram um aumento nessa

produção apenas a partir de 2014, mantendo a partir desse ano um crescimento gradual, mas oscilante, que atinge seu pico em 2018 com o número de 06 publicações no ano.

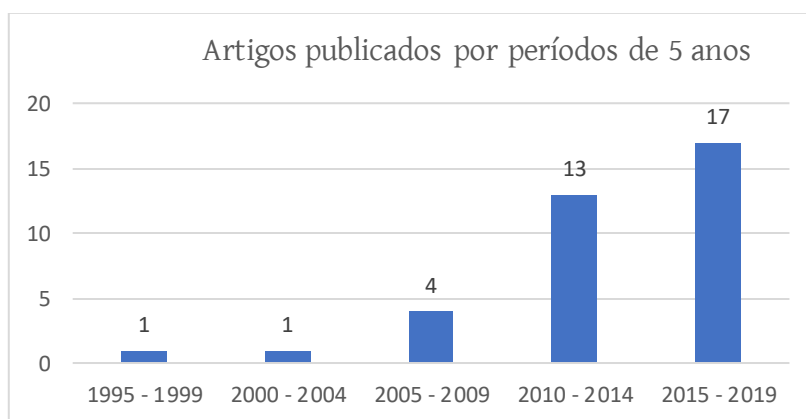
Gráfico 1 – Representação gráfica dos dados citados



Fonte: Autoria própria, 2025.

Ao dividir os mesmos dados entre períodos de 5 anos, é possível visualizar de maneira mais expressiva a concentração das publicações na última década, as quais somadas correspondem a 83% da amostra, sendo que 17 publicações, quase a metade dos textos, foram publicados nos últimos cinco anos, conforme o gráfico abaixo.

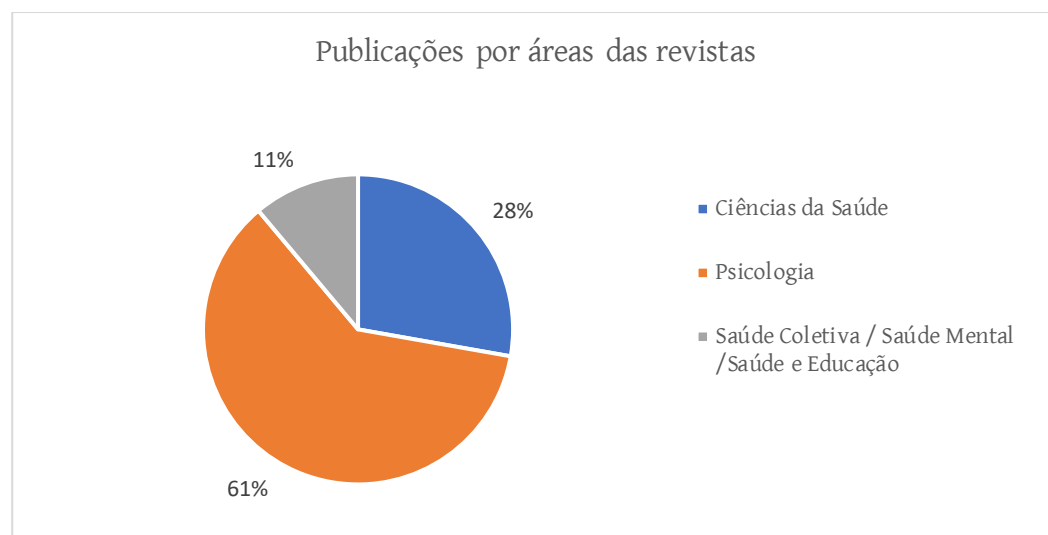
Gráfico 2 – Representação gráfica dos dados citados



Fonte: Autoria própria, 2025.

Com relação aos periódicos em que esses estudos foram publicados (31), foi possível analisar uma concentração significativa das produções (61%) em revistas de Psicologia, em suas mais variadas áreas. O restante das publicações (28%) se pulveriza nas revistas que, seguindo as classificações dos bancos de dados virtuais, identificamos como pertencente à área das Ciências da Saúde, inclui periódicos de Enfermagem, Epidemiologia, Psiquiatria e Educação Física. Nesse contexto, apenas 11% das produções se destinaram a periódicos de caráter interdisciplinar, como é o caso das revistas de Saúde Coletiva, que geralmente reúnem um campo diverso de disciplinas da saúde em diálogo mais próximo com o campo das chamadas Ciências Humanas e Sociais.

Gráfico 3 – Representação gráfica dos dados citados



Fonte: Autoria própria, 2025.

Destaca-se que dos 31 periódicos que compõem o universo das produções em questão nesse trabalho de revisão, apenas 5 revistas publicaram mais de um artigo com a temática da saúde discente, enfatizando o destaque para as revistas da área da Psicologia. Em relação ao campo disciplinar dos(as) autores(as), dentre a diversidade dos 63 campos identificados, encontramos 29 artigos publicados oriundos(as) da área da Psicologia, incluindo as denominações específicas: psicanálise, psicobiologia, psicologia do desenvolvimento e aprendizagem, psicologia médica, psicologia social e relações interpessoais. Em segundo lugar, participando de 27 publicações, estão autores(as) da denominada grande área da Saúde, indo desde o campo interdisciplinar da Saúde Coletiva e Saúde Pública, passando pelo campo mais especializado das chamadas Ciências Médicas, em que se evidencia a Psiquiatria, com a

publicação de 8 desses artigos, contando também com a presença da Enfermagem com 3 produções. Chama atenção o número reduzido de publicações vinculadas ao campo da Educação.

Tabela 1 – Organização de dados citados no texto

Educação		Outras áreas de saúde		Saúde /		Ciências Médicas		Psicologia e afins	
Educação Especial	2	Farmácia	1	Saúde Coletiva	1	Medicina	1	Psicologia	23
Educação Física	1	Odontologia	1	Saúde e Comportamento	1	Psiquiatria	8	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	1
Educação para o Ensino na área de Saúde	1	Enfermagem	3	Saúde e Processos Psicossociais	1	Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento	1	Psicologia Médica	1
				Saúde Mental	3	Neurofisiologia	1	Psicologia Social	1
				Saúde Pública	4	Neurologia	1	Psicobiologia	1
								Psicanálise das Configurações Vinculares	1
								Relações Interpessoais	1

Fonte: Autoria própria, 2025.

A concentração de publicações nas áreas de Psicologia e Saúde explicitam que os estudos são recentes em relação à saúde de estudantes universitários(as) brasileiros(as), publicações esparsas sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, e que são concentradas direcionando-se à investigação sobre transtornos mentais em estudantes, especialmente do campo da Saúde. Bleicher e Oliveira (2016) discutem que esse dado indica a procura das(os) estudantes universitários(as) por serviços de atendimento psicológico e/ou psiquiátrico, e que há poucos estudos a respeito do tema em outras áreas do conhecimento. O que aponta a urgência de políticas de cuidado situadas no campo educacional e articuladas com outras políticas públicas.

É comum que, no campo de produção de conhecimento da Educação, a temática da saúde de estudantes, compareça sobretudo nas revistas da área da chamada Educação Especial. Fato que sinaliza a possibilidade de que o tema da saúde, quando abordado, seja apartado da discussão dos processos educativos mais amplos e recaia como interesse de profissionais e pesquisadores(as) da área da Saúde e da Educação Inclusiva.

No que se refere à distribuição geográfica das(os) autoras(es) das produções analisadas nesta primeira matriz, evidenciou-se uma concentração significativa de estudos na região

Sudeste, a qual compôs com 59%; realidade comum a outros campos de pesquisa, uma vez que a Região Sudeste concentra instituições de ensino e pesquisa do país. Nela, por ordem de produtividade está São Paulo, com 42 autoras(es), seguido do Rio de Janeiro com 15 autoras(es). Minas Gerais compareceu com dois autoras(es), não sendo identificado nenhum autor(a) oriundo do Espírito Santo. A segunda região com maior concentração de estudos foi a região Sul, com 20%, sendo mais expressiva o Rio Grande do Sul, que apresentou 13 pesquisadoras(es) na produção nacional mapeada.

Dos estudos multicêntricos, que envolvem parcerias entre diferentes instituições e estados, contabilizamos 8 produções, representando 22% da amostra. No entanto, identificamos em torno de 40% (14) dos estudos realizados entre duas instituições, mas que, geralmente, compartilhavam do mesmo estado, ou da mesma região, com algumas exceções, incluindo parcerias internacionais. A maioria dos estudos publicados apresentavam um caráter mais local, de alguma região ou estado.

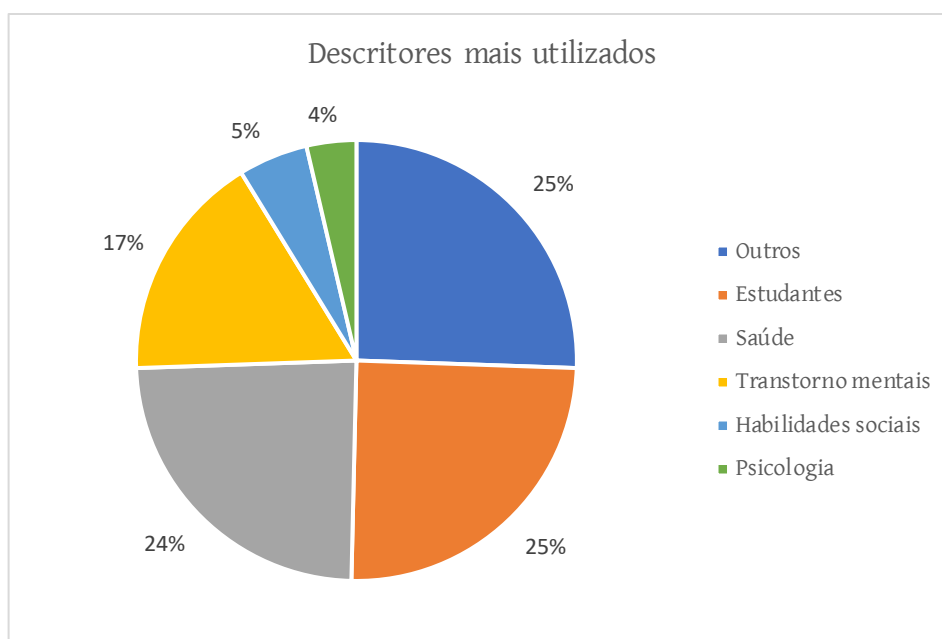
No que tange ao desenho metodológico, 57% dos artigos selecionados nessa matriz foram resultados de pesquisas com abordagem quantitativa, sendo que 26% (9) utilizaram a abordagem quanti-qualitativa e 17% apresentaram-se como estudos qualitativos. Destacamos uma grande maioria de pesquisas (77%) que utilizaram fontes primárias para o estudo, ou seja, a abordagem direta dos sujeitos de pesquisa, nesse caso, as(os) estudantes.

A predominância dos estudos quantitativos, na intersecção com o uso de fontes primárias, aponta que grande parte das pesquisas teve como instrumento metodológico o uso de questionários autoaplicáveis, como inventários, escalas e testes que se direcionaram à detecção e mensuração da incidência de sintomas e/ou traços de depressão e ansiedade, por exemplo. Neste aspecto, chama atenção duas questões: o comparecimento das(os) estudantes como objetos de investigação e não como sujeitos participantes das pesquisas, as quais, por sua vez, não discutem o contexto e as condições da produção desses quadros sintomatológicos, colaborando para a afirmação de uma concepção biologizante e individualizada de saúde.

Com essa caracterização geral das publicações um dado chama atenção: a grande variedade de descritores utilizados como palavras-chaves pelas autoras(es) como parte do resumo. Encontramos 79 diferentes descritores que foram citados 137 vezes. Ainda que tenhamos utilizados os descritores “saúde mental” e “estudantes universitários” na busca na

BVS para chegarmos ao universo de 36 publicações analisadas nesse estudo, cada uma dessas publicações abordou a temática em questão por vieses muito distintos. E mesmo que tenhamos identificado, como era de se esperar, uma maior frequência dos descritores “saúde” (24%) e “estudantes” (25%), em suas variações, chama atenção que 25% destes esteja englobado na diversidade da categoria “outros”. Outro ponto a ser destacado refere-se aos 5% dos descritores denominados “habilidades sociais”, termo conceitual comum da área da psicologia cognitivo-comportamental.

Gráfico 4 – Representação gráfica dos dados citados



Fonte: Autoria própria, 2025.

Sob a categorização que agrupa o descritor “estudantes” e suas variações encontramos a seguinte diversidade de palavras-chaves em suas especificações: universitários, estudantes de ciências da saúde, estudantes de medicina, estudantes internacionais, estudantes universitários estrangeiros, adaptação acadêmica, vivências acadêmicas, moradia estudantil. Neste cenário, destacamos duas questões: a concentração dos estudos na investigação da saúde de estudantes do campo Saúde, com o pioneirismo dos estudantes de medicina, e a demanda de adaptação ao contexto universitário como uma habilidade a ser adquirida pelo indivíduo no enfrentamento dos processos de sofrimento psíquicos ocasionados com a entrada na universidade.

Tratando-se do descritor “saúde”, foram agrupadas as seguintes palavras-chaves em suas variações temáticas e especificações: saúde mental, serviços de saúde mental, saúde do estudante universitário, serviços de saúde para estudante, conduta de saúde, saúde institucional, processo saúde-doença, qualidade de vida. Destacamos os estudos que situam a emergência e o histórico do estabelecimento dos serviços de saúde organizados para o atendimento da população estudantil nas universidades, assim como o interesse pela dimensão do sofrimento psico-emocional na discussão da saúde discente e a incipiente discussão do que se convencionou chamar “qualidade de vida” das(os) estudantes. Neste aspecto, apesar da inclusão da “qualidade de vida dos estudantes” como dimensão de interesse a ser considerada, são pontuais os trabalhos que mencionam alguma noção relacionada a políticas públicas de saúde como aspecto para pensar a produção e manutenção da qualidade de vida na universidade.

Na discussão do campo temático da saúde, encontramos também o destaque de palavras-chaves que abordam mais especificamente o processo de adoecimento, enfatizados pelos termos relacionados ao sofrimento psíquico e aos transtornos mentais, abordado por muitas(os) autoras(es) como Transtornos Mentais Menores, tendo como grande destaque menções aos processos depressivos e transtornos de ansiedade. Compareceram também, de modo significativo, menções relacionadas ao estresse e uso abusivo de álcool e outras substâncias, identificado por algumas(alguns) autoras(es) como “comportamentos de risco”.

A Psicologia foi retratada em termos gerais pela via dos seguintes descritores: Psicologia, Psychological, Psicanálise e Subjetividade. Embora a psicanálise ganhe algum destaque nesse quadro, parte significativa dos estudos dessa amostra apresenta como base teórico-metodológica os pressupostos e conceitos da Psicologia Cognitivo-Comportamental, cujas publicações fazem uso frequente do descritor “habilidades sociais”, em diálogo próximo com o que se convencionou chamar de estratégias de “*coping*” – conceito comumente empregado por pesquisadoras(es) da abordagem, “entendido como o conjunto de estratégias cognitivas e comportamentais utilizadas pelos indivíduos para lidar com as demandas excessivas decorrentes de situações de estresse” (OLIVEIRA *et al*, 2014, p. 178).

Em um dos artigos analisados nesse estudo as autoras Bolsoni-Silva e Loureiro (2016) ao avaliarem o impacto das “habilidades sociais” para a depressão em estudantes universitários, definem o termo como: “um conjunto de comportamentos operantes que parecem aumentar

a probabilidade de se obter reforço positivo frente às demandas interpessoais e minimizam perdas nas interações sociais”. As habilidades sociais em muitos casos são apontadas como habilidades a serem treinadas com as(os) estudantes a título de adaptação ao contexto universitário, com a promessa de, por essa via, enfrentar o possível adoecimento psíquico.

Além desses conjuntos de descritores acima apresentados, acreditamos também ser relevante apresentar todos os outros descritores, que em sua diversidade se pulverizaram ao longo das publicações que constituem nosso recorte:

Figura 1. Representação gráfica dos dados citados



Fonte: Autoria própria, 2025.

A variedade dos descritores acima aponta para a diversidade de vieses com que a temática da saúde discente é abordada. Chama atenção também o impacto da pandemia de Covid-19, nos últimos cinco anos, na ampliação da presença da saúde como problemática nas escolas e universidades, sob a denominação “saúde mental”.

Em uma breve pesquisa na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), como complementação aos estudos realizados no recorte temporal da revisão integrativa apresentada e observando o período de publicações com texto completo entre 2020 e 2025, com descritores associados

“saúde mental”, “estudantes universitários”, “universidades”, “instituições acadêmicas”, encontramos um cenário de 96 trabalhos publicados. Em muitos deles comparece como fatores que incidem na saúde mental de estudantes universitários a relação entre internet e saúde mental, cyberbullying, impactos da pandemia de covid-19 sobre a saúde mental de estudantes, a saúde mental após retorno às atividades escolares presenciais, comportamento suicida, comportamentos autolesivos, racismo e saúde mental, violência sexual e uso de psicofármacos.

Em que pese toda a potencialidade que essa diversidade de descritores comporta, e ainda o fato de que a saúde mental tenha se ampliado como interesse de estudos e pesquisas a partir da pandemia, cabe problematizar as tendências e os rumos apontados pelos estudos sobre saúde/adoecimento de estudantes, naquilo que afirmam e no que parecem produzir de lacuna.

Pesquisas apontam que em relação à saúde docente, tema mais problematizado na esfera educacional, especialmente quanto à educação básica, o debate e construção de políticas de prevenção de agravos à saúde e promoção do cuidado sofrem de uma ausência ou redução à perícia médica e afastamento do trabalho (NEVES, ATHAYDE e MUNIZ, 2004; SELIGMANN-SILVA, 1994; SILVA, CÉSAR e BARROS, 2016). E qual lugar tem sido dado às discussões que envolvem a saúde discente no campo da Educação e à construção de políticas de prevenção e promoção à saúde?

REFLEXÕES SOBRE SAÚDE DISCENTE NA EDUCAÇÃO

Essa pesquisa a respeito da relação saúde discente desenha algumas linhas de problematização. Uma delas confirma a incipiência desse debate como campo de estudos e investigação, haja vista a limitada quantidade de pesquisas que se direcionam para análises que relacionam saúde, saúde mental e estudantes universitários, e dentre estas, a pequena quantidade de pesquisadoras(es) e/ou grupos de pesquisa dedicados à estudos e investigações em relação a atividade discente, às políticas educacionais no ensino superior e efeitos singulares sobre os processos de produção de saúde e adoecimento desses sujeitos. A pesquisa desenvolvida por Ziliotto, Dutra e Vital (2024), sobre adoecimento discente, confirma esse

dados. Realizada nas bases Scielo e Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD), teve delimitação temporal de 2012 e 2022 e utilizou os descritores “saúde mental”, “adoecimento”, “sofrimento psíquico” e “mal-estar”. Esta aponta, nas 51 publicações analisadas, a invisibilidade acerca da saúde/adoecimento discente e a consideração apenas sobre a perspectiva docente nos resultados.

No contexto dessa problemática chama atenção os anos de incremento das publicações, as quais passam a ser gradualmente mais frequentes a partir do ano de 2014, quando há aumento da veiculação das notícias sobre o tema nas mídias e redes sociais em geral, como também há maior organização de iniciativas, em sua maioria levadas a cabo pelas(os) próprias(os) estudantes, direcionadas ao debate da temática e a troca coletiva de experiências nas universidades. No movimento da realização das pesquisas e suas publicações, é explícito um maior interesse da área da Psicologia na constituição do campo, que se destaca não só pela procedência predominante das(os) autoras(es) dos trabalhos publicados, como pela área dos periódicos onde as publicações vêm sendo veiculadas. Nesse âmbito ressaltamos a restrição de estudos multicêntricos, caracterizando as pesquisas em geral como iniciativas pontuais e locais, cujas publicações apontam a concentração dos estudos originados na Região Sudeste.

Em termos metodológicos, problematizamos o fato da maioria das pesquisas priorizarem uma abordagem quantitativa, incluindo aquelas que apresentam as(os) estudantes como fontes primárias. Nesse contexto, uma grande parte dos estudos encontrados buscaram, através da utilização de questionários, testes e escalas autoaplicáveis, constatar a incidência de quadros de ansiedade e depressão entre estudantes. Há necessidade e relevância em apontar a extensão do adoecimento de discentes, incluindo o consenso encontrado em praticamente todos os estudos acerca da prevalência do acometimento dos chamados Transtornos Mentais Menores em estudantes do sexo feminino, contudo chama atenção não ter sido encontrado nenhum trabalho que se dispusesse a discutir as questões de gênero. Questões raciais, étnicas, relativas à classe social e mesmo a convocação ao empreendedorismo de si, ficam à margem no estabelecimento da relação com a produção desses processos de adoecimento.

Em que pese a importância de confirmar a elevada incidência de algum tipo de sofrimento ou adoecimento em estudantes, foram muito específicos os estudos que se

dispuseram a investigar e discutir o contexto e o processo de produção desse adoecimento com as(os) estudantes, além da inclusão de estratégias de acesso nos estudos à diversidade de atores institucionais que constituem o campo da educação universitária.

Desse modo, queremos enfatizar o fato de que grande parte desses estudos buscam uma constatação do adoecimento ou sofrimento, em sua sintomatologia e frequência, porém desconsideram a análise da produção desse sofrimento, em um contexto institucional e sócio-histórico-econômico-cultural-afetivo mais amplo, sem levar em conta também a criação de intervenções e políticas públicas que possam subverter tal contexto. Como consequência, afirma-se um modo de produção de conhecimento que direciona a centralidade de discursos sobre a saúde em seus aspectos biologizantes, curativistas, tecnológicos e sobretudo, focados nos indivíduos autonomizados do contexto educacional.

As questões acima se difundem no campo da educação em como o sofrimento, tratado e sustentado por saberes psicológicos, é tido como responsabilidade e componente dos(as) próprios(as) alunos(as). Seguindo tal linha de argumentação, Caponi e Daré (2020) destacam que “(...) os contextos sociais e coletivos que provocaram o sofrimento desaparecem, fazendo com que cada padecimento seja visto como uma questão exclusivamente individual” (CAPONI e DARÉ, 2020, p. 306).

Segundo Ratier (2019), é possível observar a repaginação desses afetos para o campo das “competências socioemocionais”, conceito trazido pela própria Base Nacional Comum Curricular que se refere a maneiras de lidar com situações que envolvem essa dimensionalidade. Soma-se a isso, a valorização de comportamentos que estimulam a conformidade dos alunos(as) sobre as tensões que existem no contexto escolar e a ordenação de suas atitudes.

O manejo e abordagem das situações que envolvem afetos como raiva, indignação, cólera (que subvertem aquilo que os documentos curriculares propagam), passam por debates escassos e são tratadas sob pontos de vista que enrijecem as reflexões acerca das causas dos acontecimentos, onde tais narrativas reduzem as causas e dinâmicas ligadas ao sofrimento psíquico, reforçando o caráter individualizante dessa doutrina (RATIER, 2019). O sujeito inserido nesse contexto passa a ser considerado como sendo só um sistema fechado, desvinculado de questões políticas, econômicas, sociais etc. Nesse caso, o saber psi é usado como dispositivo de manutenção de sofrimento a uma maneira de gerenciamento das

subjetividades a partir de uma lógica exclusivamente individual (DUNKER *et. al*, 2020; CAPONI e DARÉ, 2020).

Nesse sentido, ao se desprivilegiar, nas pesquisas e análises, a complexidade de aspectos que atravessam os modos de constituição e captura do ensino superior, como os contextos econômicos, políticos e sociais, várias questões permanecem invisibilizadas, mesmo sendo fundamentais quando se trata de discutir as condições da produção de adoecimento e/ou da saúde de discentes.

Isso pode analisar um efeito do modo como se pesquisa e conceitualiza as questões da saúde de forma hegemônica, uma vez que uma série de condições e políticas de produção de mundo, como as opressões de variadas ordens, a relação com o mercado de trabalho e as condições de empregabilidade, por exemplo, ficam apartadas dos modos de produção do conhecimento e de cuidado. Tal situação se difunde nas práticas de produção de conhecimento e tecnologias que, ao se interessarem quase exclusivamente pelo mapeamento dos tipos e incidências de adoecimentos e seus sintomas, não colocam em questão as condições de sua produção e, por essa via, discutir modos de vida menos adoecedores e mais aliançados com a perspectiva de uma saúde ampliada.

Os textos analisados, além da comprovação do adoecimento, re-produzem a demanda de uma urgente adaptação ao contexto universitário como uma habilidade a ser adquirida pelo indivíduo no enfrentamento dos processos de sofrimento psíquicos já colocados. Portanto, partindo da constatação que comparece nas pesquisas de que as(os) estudantes têm adoecido, perguntamos: como o adoecimento é produzido? Que elementos e realidades têm colaborado para o agravamento dessas condições? Que estratégias são inventadas por estudantes nos cotidianos de estudo e trabalho e que estratégias coletivas e institucionais no sentido desse enfrentamento no âmbito do ensino superior?

No âmbito dos debates em torno da saúde pública brasileira, no processo de redemocratização do país, buscou-se realizar uma reforma da Saúde amparada nos princípios do cuidado integral, sustentado nos princípios de Universalidade - a garantia a todas as pessoas do direito à saúde e ao acesso aos serviços de saúde -, de Equidade - priorizar a necessidade de quem mais precisa, buscando diminuir desigualdades no acesso -, e Integralidade - considerar a saúde de forma integral, de sujeitos e coletivos, no trabalho com a promoção à saúde, prevenção, tratamento e recuperação, além da vigilância sanitária e

epidemiológica, perspectivando um sistema público e universal. A perspectiva da integralidade para pensar o cuidado implica uma ética em que a saúde é ampliada, a complexidade da vida tem relação com a saúde e questões individuais e coletivas não podem ser pensadas separadamente (EMMERICH, 2022).

A partir desses princípios basilares e das diretrizes do Sistema Único de Saúde, SUS, como a organização da política e serviços de saúde em rede, descentralizada, regionalizada, territorializada, com diferentes níveis de complexidade e com participação da comunidade na gestão e controle das ações, experiências brasileiras foram sendo desenvolvidas na direção do cuidado integral, como as políticas de atenção básica e políticas de saúde mental. Os movimentos de avanços de inovação da saúde ficaram, no entanto, restritos aos equipamentos ligados ao Ministério da Saúde e a política de Saúde *stricto sensu*, não alcançando outros ministérios e a relação com outros campos, como o campo da Educação e as políticas de orçamento e gestão que implicam políticas públicas diversas. Serviços voltados para a saúde do trabalhador e a saúde de estudantes ficaram desintegrados da rede sanitária, concentrados em perícias e tratamentos pontuais (BLEICHER e OLIVEIRA, 2016).

A modificação na oferta de serviços exige transformação na forma de pensar os processos de saúde-doença a partir de determinantes políticos, sociais e econômicos, para efetivar uma via integral e interseccional de pensar a Saúde. A interseccionalidade complexifica o olhar para territórios e grupos e exige dimensionar as relações geográficas, etárias, coloniais, de gênero, raça e classe, religião, implicadas nos processos de saúde-doença e assim “identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas” (CRENSHAW, 2004, p. 11).

O contexto histórico dos desafios que envolvem pensar e promover o cuidado integral e interseccional em Saúde confirma a necessidade do debate e ações relacionadas à saúde de estudantes universitários(as). É em 2007 que uma política de assistência estudantil se institui nas universidades federais, pensada diante do problema das altas taxas de evasão de estudantes e da melhoria da qualidade da educação. A portaria normativa no. 39 (BRASIL, 2007) que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes, implementado a partir de 2008, foi transformada em 2010 em decreto presidencial (Decreto n. 7.234, 2010). Desde a década de 1930 já havia políticas institucionalizadas de assistência voltadas para estudantes universitários(as), porém sem centralidade, com caráter informal, descontínuo e

poucos recursos financeiros (CHAVES; SILVEIRA, 2018). A Pnaes cria diretrizes para uma política de assistência estudantil, buscando democratizar as condições de permanência de estudantes na educação superior federal, minimizar efeitos das desigualdades sociais e regionais quanto à permanência e conclusão dos cursos, reduzir taxas de retenção e evasão e promover inclusão social pela educação (Decreto n. 7.234, 2010). Importante dimensionar que os(as) pesquisadores(as) estudantes de pós-graduação não foram contemplados por esse programa de assistência ou outra política.

Ressaltamos, no entanto, que a atenção à Saúde não está contemplada nessas ações, ainda que na perspectiva integral e interseccional do cuidado tenha relação com todos esses objetivos. No âmbito da Pnaes não há previsão efetiva de ações para promoção e prevenção em saúde e articulações intersetoriais para integração aos serviços das redes municipais (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016). De modo geral, há necessidade de ampliar a perspectiva da assistência estudantil ainda muito restrita a repasses financeiros a estudantes e fortalecê-la como política e não apenas como programa, de forma a enfrentar mudanças políticas e econômicas como as vividas entre 2019 e 2022, quando o Pnaes, que já se mostrava um programa limitado como política de assistência a estudantes nas universidades, foi exposto a um processo de extrema precarização e contingenciamento de recursos (VENCIO, 2025).

Em julho de 2024 o Ministério da Educação, MEC, institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Lei 14.914, com a finalidade de ampliar e garantir condições de permanência de estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos cursos (BRASIL, 2024). A Política Nacional PNAES, mesma sigla do Programa Pnaes, sinaliza uma modificação importante no modo de se pensar a proposição da assistência a estudantes, não apenas como programa, mas como uma política de estado, possibilitando maior segurança jurídica, inclusive. Nela também se incluem estudantes de mestrado e doutorado de instituições federais, estaduais, municipais e distritais, observando a previsão de orçamento para tanto. Absorve os objetivos já previstos no Programa e amplia incluindo o apoio a estudantes estrangeiros de programas de cooperação e convênio, estreita relação com as ações de ensino, pesquisa e extensão para realização da política e de modo geral tem sua ênfase nas condições de permanência do(a) estudante na educação superior.

A Política, considerada pelo MEC um marco para a educação superior no País, promete ultrapassar a realização de ações pontuais de assistência estudantil, como o próprio Pnaes, com os Programas Nacional de Assistência Estudantil e o Programa Bolsa Permanência. Além destes programas estão incluídos pela Lei: os Programas de Alimentação Saudável na Educação Superior, Programa Estudantil de Moradia, de Apoio ao Transporte do Estudante, Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); Programa de Permanência Parental na Educação; de Acolhimento nas Bibliotecas; Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes; Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior; Benefício Permanência na Educação Superior.

A Lei instituída em 2024, que amplia o Programa Pnaes implementado a partir de 2008, pode ser vista como efeito dos movimentos nas últimas décadas de lutas pelo direito à educação na garantia não apenas do acesso, mas da permanência de estudantes e conclusão de seus cursos. A política de ações afirmativas, especialmente as cotas raciais e sociais, em sua implementação nos últimos anos escancarou a limitação do programa de assistência estudantil existente e expôs a desigualdade vigente na educação brasileira, perdurada no ensino superior. O debate sobre as condições de permanência de estudantes abriu os nexos entre saúde, saúde mental, e educação, de forma a visibilizar relações entre o acesso, o sistema de ensino, o currículo com o racismo presente estruturalmente na universidade, bem como as desigualdades várias que afetam e produzem saúde e adoecimento.

O Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS), dimensão nova na política de assistência, prevista no Capítulo X da Lei da PNAES, tem uma incidência no cuidado do que denomina “ambiente estudantil”, com o objetivo de melhorar as relações entre estudantes, professores(as) e funcionários técnico-administrativos das instituições federais e se calca no modelo de atenção à saúde vigente hoje no país, aberto e de base comunitária, com valorização do convívio com a família e a comunidade e afirma a construção de uma cultura inclusiva, antimanicomial e não violenta. A realização da política e suas consequências no cotidiano da universidade, de ampliação e cuidado integral e interseccional da saúde de estudantes, é algo que precisaremos acompanhar no seu desenvolvimento e que não se realiza por força de decreto ou lei, senão por efeitos das lutas cotidianas. A PNAES, para se efetivar como política pública, estrutural e transversal, não relegada à responsabilidade apenas de algum setor específico, secretarias, pró-reitorias de assistência estudantil ou promoção da igualdade étnico-racial, exige acompanhamento, compromisso político e

alocação de recursos, algo que é hoje o ponto desafiador de sua efetivação (PIZZA e SIQUELLI, 2024).

A proposição de uma política de saúde para estudantes universitários(as) e os debates realizados para se pensar a saúde e adoecimento discente, se não encontram lugar privilegiado na produção de conhecimento científica brasileira, tem encontrado força nos enfrentamentos realizados por estudantes, nas discussões no âmbito das ações afirmativas e nos movimentos no cotidiano da educação pública superior para sustentação do debate e ações sobre as condições de permanência de estudantes nas IES e do direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspectivar a saúde discente nas instituições de ensino superior no Brasil envolve analisar a política de educação em sua lógica institucional e produtivista, a anacrônica dureza estrutural no funcionamento das instituições, a forma de organização das grades curriculares, a produção de conhecimento atravessada por exigências mercadológicas, os indicadores de qualidade e desempenho privilegiados, a relação entre professoras(es) e estudantes, as condições materiais oferecidas aos(às) estudantes de ensino superior, as políticas de acesso e permanência para as pessoas que historicamente não tiveram o direito à educação garantido, e cuja presença nas instituições de ensino superior, graduação e pós-graduação, apontam para o urgente compromisso com uma educação antirracista, anticapacitista, antisexistista materializada em mudanças estruturais, curriculares, institucionais.

O trabalho com a saúde discente é exigente quanto ao rompimento com um modelo que diz assistir e cuidar sem transformar e produzir conhecimento sobre as condições de adoecimento. Pensar a Saúde, nos princípios da integralidade e interseccionalidade, exige perspectivar a universidade localizada em uma rede mais ampla de políticas e ações.

No campo da política de assistência estudantil à saúde tal construção é recente, em relação à produção científica e a ações de organização e sistematização de ações. Importante no âmbito da PNAES perspectivar investimento na formação de profissionais e equipes, envolvidas com os processos de assistência e saúde, com ênfase no compromisso com a Saúde

Pública, em uma visão integral e interseccional. É também importante a articulação com a rede pública de saúde já existente, estado e municípios (BREICHER; OLIVEIRA, 2016). As ações de promoção à saúde no cotidiano das instituições de ensino superior podem desafiar a experiência do adoecimento tomada como algo natural na vida universitária e gerar efeitos amplos de saúde que incluam a todas as pessoas envolvidas: estudantes, docentes e técnicos(as).

Quanto à produção de conhecimento em relação à saúde discente, aponta-se aqui a urgência da produção de dispositivos de pesquisa que possam fomentar, aos moldes também dos estudos qualitativos, espaços de fala e análise junto às(aos) estudantes, para que estas(es) possam contar sobre o que lhes passa, o que lhes acontece, o que lhes toca, abrindo espaço de acesso à experiência (LAROSSA, 2012) de ser estudante nesse contemporâneo. Pensamos que será, sobretudo, através dessa via participativa que poderemos contribuir para a construção coletiva e o fortalecimento de um corpo encarnado de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES* - 2018. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2021.
- BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. O impacto das habilidades sociais para a depressão em estudantes universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 32, n. 4, p. 1-8, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e324212>. Acesso em 02 maio de 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 02 maio de 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.914-de-3-de-julho-de-2024-569928638>. Acesso em 9 de janeiro de 2025.
- BLEICHER, T.; OLIVEIRA, R. C. N. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. In: *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, n. 3, 2016, p. 543-549. Disponível em: [SciELO Brasil - Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais](https://doi.org/10.1590/1982-01902016000300011). Acesso em 03 maio de 2025.
- CAMPOS, G. W. de S. *Saúde Paidéia*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CAPONI, S; DARÉ, P. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: A psiquiatrização dos padecimentos no âmbito laboral e escolar. **Mediações-Revista de Ciências sociais**, v. 25, n. 2, p. 302-320, 2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39721>. Acesso em 1 de maio de 2025.

CARA, D. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, F. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHAVES, J. C.; SILVEIRA, F. A. Ensino superior e política de assistência estudantil: repensando a formação universitária. In: **Rev. Educ. e Cult. Contemp.**, v.15 n.40, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20180055>. Acesso em 02 maio de 2025.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Unifem, Brasília, 2004.

DUNKER, C. et. al. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In: DUNKER, C; SILVA JUNIOR, N.; SAFATLE, V. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

EMMERICH, C. T. As lutas contra a violência e a saúde de mulheres: apontando caminhos para a integralidade. **Dissertação**. Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo; 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 27 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>. Acesso em: 1 de maio de 2025.

LARA, M. G. **O ignorado adoecimento mental dos estudantes universitários**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Laboratório de Conexões Intermediáticas (Labcon), 2017. Disponível em: <http://labcon.fafich.ufmg.br/o-ignorado-adoecimento-mental-dos-estudantes-universitarios/>. Acesso em 31 outubro de 2021.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdfelang=pt>. Acesso em 06 de maio de 2025.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto e Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em 06 de maio de 2025.

NEVES, M. Y. R.; ATHAYDE, M.; MUNIZ, H. P. Notas sobre saúde mental e trabalho docente a partir de uma investigação com professoras de escolas públicas. In: NEVES, M. Y. R. *et al.* (org.). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 302-321.

NOGUERA, R. **Afro-anarquismo: malandragem e preguiça**. São Paulo: Edições N-1, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/101>. Acesso em: 9 abr. 2024.

OLIVEIRA, C. T.; CARLOTTO, R. C.; VASCONCELLOS, S. J. L.; DIAS, A. C. G. Adaptação acadêmica e coping em estudantes universitários brasileiros: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 177-186, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttextepid=S1679-33902014000200008. Acesso em 06 de maio de 2025.

PIZZA, S. N.; SIQUELLI, S. A. A política nacional de assistência estudantil (PNAES) e o debate sobre sua consolidação jurídica. **Revista Ensaios Pioneiros**, v. 8, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistaensaiospioneiros.usf.edu.br/ensaios/article/view/442>. Acesso em 03 de maio de 2025.

RATIER, R. Escola e afetos: um elogio da raiva e da revolta. In: CÁSSIO, F. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ; Cortez, 1994.

SILVA, F. H.; CÉSAR, J. M.; BARROS, M. E. B. (Orgs.). **Saúde e trabalho na educação: desafios do pesquisar**. Vitória: EDUFES, 2016.

VENCIO, L. M. A. A Política de Assistência Estudantil e o governo Bolsonaro: uma revisão bibliográfica de 2019 a 2022. In: **Humanidades e Tecnologia**, v. 56, 2025. Disponível em: 10.5281/zenodo.14862005. Acesso em 03 maio 2024.

ZILLOTTO, D. M.; DUTRA, M. E. T.; VITAL, R. S. Adoecimento psíquico de universitárias(os): reflexões a partir da produção científica nacional. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**. Santos, v.16, n.41, 2024, p. 139-159. Disponíveis em: <https://doi.org/10.58422/repesq.2024.e1657>. Acesso em 04 de maio de 2025.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

ⁱ Essa menção refere-se à fontes consultadas, nesse caso, em sua maioria de caráter jornalístico e midiático, publicizadas nas páginas virtuais de algumas universidades, jornais ou sites de informação para o público jovem, conforme segue: <http://labcon.fafich.ufmg.br/o-ignorado-adoecimento-mental-dos-estudantes-universitarios/>; <https://catracalivre.com.br/educacao/por-que-universidade-esta-deixando-os-estudantes-doentes/>; <https://www2.ujf.br/noticias/2018/09/18/especialistas-refletem-sobre-adoecimento-psiquico-no-meio-universitario/>; <https://www2.ujf.br/noticias/2018/09/27/saude-mental-do-estudante-universitario-e-tema-de-seminario-na-ufjf-gv/>; <https://www.politize.com.br/saude-mental-na-universidade/>; <https://www3.ufrb.edu.br/reverso/a-saude-mental-na-universidade-e-seus-desafios/>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-08/casos-de-suicidio-motivam-debate-sobre-saude-mental-nas-universidades>; <http://www.labi.ufscar.br/2017/11/03/saude-mental-e-universidade/>; <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1930625-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos.shtml>; <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/especial-publicitario/ quero-bolsa/bolsas-de-estudo/noticia/2018/08/31/saude-mental-e-problema-frequente-entre-estudantes-no-brasil.ghtml>; <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2017/09/universidade-nao-valoriza-saude-mental-dos-alunos/>

ⁱⁱ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. Para mais detalhes acessar: <http://fies.mec.gov.br/>

ⁱⁱⁱ No levantamento bibliográfico foi encontrado apenas uma dissertação de mestrado, concluída por Vanessa Pasvenskas Marcos no ano de 2011, intitulada “Saúde Mental de Internautas Universitários”, e uma tese de doutorado de Patrícia Costa Azevedo, intitulada “Atenção em saúde mental de estudantes de uma Universidade Brasileira: algumas reflexões”, datada de 2013.